

A REFORMA AGRÁRIA BRASILEIRA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI O CASO DO ASSENTAMENTO MIGUEL FORTES DA SILVA, MUNICÍPIO DE TAIÓ, SANTA CATARINA

André Fritze¹
Luciana Butzke²

Resumo

O presente artigo traz uma pequena análise sobre a política agrária desenvolvida no Brasil na primeira década do século XXI, período em que o país foi governado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que historicamente manteve forte relação com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) – instituição que sempre trouxe à tona a demanda por uma melhor distribuição das terras brasileiras. A primeira parte do artigo resgata brevemente qual o projeto agrário defendido pelo PT antes e depois de entrar para a administração do país. A partir deste resgate foi possível identificar se de fato houve a implantação de um projeto político de reforma agrária para o real desenvolvimento do campo brasileiro. A segunda parte traz algumas observações sobre o resultado das atitudes tomadas pelo governo e um exemplo local sobre a realidade da política implantada. Tal exemplo foi exposto a partir de alguns meses de vivência com um assentamento da reforma agrária existente no município acima citado. Todo o texto foi escrito buscando imparcialidade e baseou-se em dados divulgados oficialmente pelo governo federal através do Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, além de outros autores críticos a estes dados, tais como José de Souza Martins e João Pedro Stédile. Infelizmente, a realidade que se descortinou a partir deste artigo demonstra que a concentração de terra no Brasil pouco mudou no período estudado e os trabalhadores rurais sem-terra ainda apresentam uma grande demanda ao governo federal, apesar de já terem sido reconhecidos como atores importantes na luta contra a superação da fome no país.

Palavras-chave: Reforma agrária. Assentamentos. Projeto político.

Resume

This article was based on a bibliographical research, the article presents a small analysis of the agrarian policy developed in Brazil in the first decade of the 21st century, during which the country was ruled by the Workers' Party (PT), which historically maintained a strong relationship with the "Movimento Sem Terra" (MST) - an institution that has always brought to the fore the demand for a better distribution of Brazilian land. The first part of the article briefly summarizes the agrarian project defended by the "PT" before and after joining the administration of the country and from this rescue of history it was possible to identify if in fact there was the implantation of a political project of agrarian reform for the real development of the Brazilian countryside. The second part presents some observations about the result of the actions taken by the government and a local example about the reality of the policy implemented. Such an example was exposed after a few months of living an a

¹ Especialista em Desenvolvimento Regional Sustentável. Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI). Andre.fritze@hotmail.com.

² Doutora em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina; professora da Universidade Regional de Blumenau; e-mail: butzkeluciana@gmail.com.

rural settlement of the existing agrarian reform in the municipality mentioned above. This article was written seeking impartiality and was based on data officially disclosed by the federal government through the Brazilian Institute of Colonization and Agrarian Reform - INCRA, as well as other authors critical of this data, such as José de Souza Martins and João Pedro Stédile. Unfortunately, the reality that emerged from this article demonstrates that the concentration of land in Brazil has changed very little in the period studied, and the landless rural workers still present a great demand to the federal government, although they have already been recognized as important actors in the Fight against overcoming hunger in the country.

Key Words: Land reform, rural settlement, Political Project.

1 INTRODUÇÃO

O problema de concentração da estrutura fundiária da terra no Brasil é histórico, desde os tempos da colonização, mas até hoje não foi resolvido. A distribuição de terras se mantém praticamente inalterada no país há várias décadas. Fato que se comprova através da análise dos dados dos Censos Agropecuários de 1985 e 2006, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ambas as pesquisas demonstram que os terrenos com mais de 1.000 hectares ocupavam 43% da área total de propriedades agropecuárias no país, enquanto os estabelecimentos com menos de 10 hectares ocupavam cerca de 2,7% do total da área rural produtiva do país. O índice Gini, que mede o grau de desigualdade social, é outro indicador que variou muito pouco entre 1985 e 2006: considerando a população rural do país, em 1985 o Índice de Gini Brasil era de 0,857, tendo evoluído apenas para 0,854 em 2006 - O Índice de Gini varia de 0 a 1, sendo que 0 indica igualdade total (IBGE, 2006).

Os dados demonstram que a estrutura fundiária no Brasil continua sendo uma das mais desiguais do mundo, dominada por uma burguesia agrária que ao longo da história do Brasil tem se aliado a vários grupos dominantes hegemônicos, impedindo qualquer política de democratização da terra. Por estes motivos, quando um partido que historicamente lutou junto aos movimentos dos trabalhadores assumiu a liderança do país foi criada muita expectativa em torno das ações que viriam a ser desenvolvidas – ou não. Há muito tempo os movimentos sociais brasileiros têm travado consecutivas lutas pela reforma agrária, mas nunca puderam contar com o apoio vindo de uma política governamental estratégica para a realização de uma reforma agrária que modificasse a estrutura da terra e levasse desenvolvimento ao campo.

Ao mesmo tempo, historicamente os movimentos sociais brasileiros têm travado consecutivas lutas pela implantação de uma reforma agrária no território brasileiro, ainda que sem o devido apoio de uma política governamental estratégica para a realização desta reforma agrária que consiga modificar a estrutura da terra e gerar desenvolvimento social no campo (GONÇALVES, 2006).

Diante da necessidade de compreender a problemática da questão agrária no Brasil, o objetivo desse artigo é analisar as características do programa agrário do governo do Partido dos Trabalhadores (PT), a partir de 2002, em relação à demanda de reforma agrária, defendida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A partir desta análise desvela-se uma realidade que não condiz com a expectativa criada pelo discurso pré-eleitoral do governo PT, e então é descrito breve estudo de caso voltado a realidade encontrada em um assentamento da reforma agrária – este localizado no município de Taió, Santa Catarina.

A estrutura do artigo divide-se em dois momentos complementares entre si. No primeiro deles, descreve-se um relato histórico sobre a questão agrária brasileira, tendo como recorte principal o final do século XX e o início do século XXI. Ainda neste primeiro momento, aborda-se qual o conceito de Reforma Agrária para o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, maior interessado na questão. Logo após, o assunto passa a ser o dos Assentamentos de Reforma Agrária, onde é apresentado o caso específico do assentamento existente no município de Taió - SC.

2 A REFORMA AGRÁRIA BRASILEIRA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

No Brasil começou-se a abordar a questão agrária, tanto no campo acadêmico como no político durante os anos de 1950, sendo analisada, do ponto de vista macroeconômico, voltado às questões econômicas e sociais. A partir de 1955 a problemática ganha força, com as Ligas Camponesas, presentes no Nordeste e em seguida em todo país, que reivindicaram pela primeira vez a realização da reforma agrária. Já a década de 1960 trouxe recessão à política econômica e se caracterizou pelo combate a inflação e pela instabilidade política do governo populista e depois do regime militar, por isso ambos procuraram negar a questão agrária brasileira. Até então, acreditava-se que o estímulo no crescimento da produção agrícola resolveria os problemas econômicos rurais e urbanos, não tendo sido dada nenhuma atenção especial à questão da distribuição das terras. Na década de 1980, houve o fim do regime militar, instigou-se a industrialização e a modernização da agricultura brasileira. Com isso o debate da reforma agrária é retomado, principalmente a partir do

Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, de Tancredo Neves. Percebe-se que, nessa época, a reforma agrária retorna à pauta na sociedade brasileira mediante uma proposta governamental legítima, mas não necessariamente eficaz (BERGAMASCO e col. 1999).

Neste embalo, a retomada da reforma agrária, como programa estratégico para modificar a estrutura fundiária do país, amenizar a pobreza e facilitar o desenvolvimento econômico da agricultura, foi fortemente defendida pelo PT, na campanha presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva em 1989 e novamente em 2002. Nesse contexto, segundo OLIVEIRA (2006), a aplicação de um programa de reforma agrária, significa a mudança na estrutura preexistente da sociedade, isto é, uma reforma na estrutura fundiária vigente.

Após vários anos de discursos exaltados, em 2002 a eleição presidencial do candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Luiz Inácio Lula da Silva, provocou uma grande expectativa positiva para a classe trabalhadora brasileira em relação à realização de transformações sociais significativa, entre elas realização da reforma agrária finalmente. Infelizmente no decorrer deste governo as propostas de mudanças sociais precisaram assumir um novo cronograma. Com isso surgiu uma política imediatista de combate à pobreza, cujo eixo central passou a ser o Programa Bolsa Família, com distribuição de renda à população de mais baixa renda, buscando assim atenuar a miséria tanto no campo com nas cidades (STEDILLE, 2005).

Quando se analisa o Programa Agrário do PT de 1989, percebe-se que este propõe a realização da reforma agrária para eliminação da concentração da terra e desenvolvimento da agricultura e da economia: “A reforma agrária é indispensável para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Visa, (...), romper o monopólio da terra e lançar as bases de um padrão de desenvolvimento para a agricultura e toda a economia brasileira.” (Programa Agrário do PT, 1989, apud STÉDILE, 2005, p.181.) Anos mais tarde, no Programa Agrário para a campanha de 2002 fica nítida a mudança no enfoque para esta questão. A proposta desta vez considerou a reforma agrária como uma política para o desenvolvimento rural, baseado-se em desapropriação de terras improdutivas; conciliada a produção de alimentos para combate a pobreza e a recuperação dos assentamentos, com infra-estrutura social, econômica, assistência técnica e créditos agrícolas (Programa Agrário da Campanha Presidencial do PT, 2002, apud STÉDILE, 2005). Com isso, o foco do segundo programa agrário do PT se volta para o combate à pobreza e o desenvolvimento capitalista do campo principalmente, acompanhado de um programa básico de políticas públicas para estruturação de assentamentos consolidados e com a desapropriação de novas áreas em menor intensidade.

Com a criação do programa Fome Zero, a principal política do governo voltou-se para a soberania alimentar. Nesse contexto, a reforma agrária foi considerada como uma das alternativas estruturantes para assegurar o direito à alimentação da população brasileira: “O eixo central da nossa política de segurança alimentar está na conjugação adequada entre as chamadas políticas estruturais – voltadas à redistribuição da renda, crescimento da produção, geração de empregos, reforma agrária, entre outros” (Programa Agrário da Campanha Presidencial do PT, 2002, apud STÉDILE, 2005). Na prática, porém, o planejamento acabou sofrendo interferências e nem todas as ações previstas envolvendo a reforma agrária foram de fato implementadas - talvez por falta de tempo hábil, talvez pelo surgimento de demandas imprevistas, até mesmo por desinteresse, de toda forma não é este o enfoque deste artigo.

De qualquer forma, apesar de todas as limitações, caso o segundo programa agrário do governo Lula pudesse ter sido colocado em prática, provavelmente a reforma agrária e a agricultura familiar teriam se tornado políticas fundamentais para a garantia da soberania alimentar, erradicação da pobreza e geração de empregos.

Ao comparar-se os dois Programas Agrários do PT percebemos algumas diferenças estruturais determinantes. Em 1989, o objetivo central era enfrentar corajosamente a concentração fundiária no país, a partir da desapropriação de latifúndios e da implantação de uma política estrutural de desenvolvimento capitalista para o campo e sua indústria. Passados 13 anos, em 2002, a reforma agrária assumiu a categoria de plano de desenvolvimento rural de combate à pobreza, mediante a desapropriação de latifúndios improdutivos ou áreas ilegais (griladas ou com trabalho escravo). Nesse cenário, a proposta de reforma agrária do PT substituiu a democratização fundiária, de enfrentamento ao latifúndio, por um programa de criação de assentamentos, restrito a áreas improdutivas ou ilegais e a reestruturação de assentamentos antigos (STÉDILE, 2005).

Ao mesmo tempo, o governo Lula propõe a convivência pacífica entre dois projetos distintos de agricultura. Desenvolveu uma política de fortalecimento da agricultura familiar e criação de assentamentos para produção de alimentos ao programa Fome Zero, ao mesmo tempo em que concedeu altos incentivos financeiros ao agronegócio, voltado para a exportação no intuito de gerar divisas para o Brasil. Com uma breve análise dos fatos percebe-se que a conciliação desses dois projetos não rendeu os frutos esperados, haja vista que a reforma agrária não aconteceu e a agricultura familiar vem perdendo espaço para a grande propriedade, com a produção de monoculturas e commodities agrícolas para a exportação que tem crescido nos últimos anos – muito embora o programa Fome Zero

possa ser avaliado como positivo, inclusive por contar com o apoio da agricultura familiar (DE MERA e col. 2008).

Diante dos fatos, fica evidente que o programa agrário de 2002 sofreu duras alterações e acabou por desenvolver-se como uma política de assentamentos. Em protesto a essa postura do governo, em 2005 o Movimento do Trabalhadores Sem Terra (MST) divulgou nota pública contestando os dados apresentados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) e pelo INCRA, inclusive acusando o governo de inflacionar artificialmente o número de novos assentamentos. Para o MST, a reforma agrária acontece de fato quando há desconcentração da propriedade da terra e resolução dos problemas dos pequenos agricultores, o que não teria ocorrido com a política agrária do governo Lula, que pouco modificou a estrutura fundiária. Além disso o pode-se notar que o agronegócio foi deveras fomentado por meio da concessão de inúmeros incentivos financeiros ao setor (DE MERA e col. 2008).

No primeiro mandato do governo Lula houve um grande número de famílias acampadas na expectativa da realização da reforma agrária, devido ao compromisso histórico do PT com a questão. Ao perceber que a reforma agrária não mais era tratada como prioridade, o MST retomou as ocupações de terra e mobilizações públicas. Curiosamente, a medida em que o governo Lula deixou de lado a reforma agrária, houve também uma diminuição no número de acampamentos por todo país, o que demonstra que havia uma esperança concreta, por parte dos movimentos sociais, como o MST, de que o governo Lula faria a reforma agrária a partir da via institucional. Assim, no primeiro mandato, as mobilizações parecem ter diminuído à espera de respostas por parte do governo. Por possuir um perfil dialogador, Lula passou os dois mandatos conversando com os movimentos sociais, sem adotar uma política de criminalização por parte do Estado. Com isso os movimentos sociais não realizaram mobilizações na mesma intensidade que no governo FHC, por exemplo (DE MERA e col. 2008).

Um amplo e efetivo programa de reforma agrária, que alterasse de fato a estrutura agrária, permitindo o acesso à terra a uma parcela significativa de trabalhadores rurais, incorporando milhões de hectares ao processo produtivo, num período de cinco a dez anos, potencialmente teria um impacto fortemente positivo sobre a economia e a sociedade em seu conjunto (CAMPOS, 1994). Nesse sentido, a reforma agrária deve necessariamente vir acompanhada de uma política agrícola eficaz, incluindo tópicos como crédito rural, assistência técnica, garantia de preços e outros similares. O programa de reforma agrária também não deve ser confundido com programas complementares como colonização ou crédito fundiário. Essas iniciativas têm outro sentido específico, e ação mais localizada, não

alterando globalmente o perfil de distribuição da propriedade da terra. Finalmente, a reforma agrária não deve ser considerada um programa de assistência social, como tem ocorrido frequentemente, o que já é um pressuposto para o seu insucesso.

Conforme STÉDILE (2005), apesar dos avanços em várias áreas, é evidente que o governo Lula não cumpriu as metas de assentamento do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e não fez reforma agrária. Apenas colocou em prática uma política de assentamentos novos e reestruturou assentamentos antigos para fornecer força de trabalho às indústrias do complexo agrobusiness (comandadas basicamente pelas indústrias do setor sucroalcooleiro) num contexto de desenvolvimento capitalista para o campo, interditando a partilha ou destruição da grande e média propriedade fundiária.

3 ASSENTAMENTOS: O CASO DE TAIÓ-SC

Mas o que são, afinal, os assentamentos? Eles devem ser tratados de maneira diversa ou intrínseca à reforma agrária? Sem assentamento, não há como se ter reforma agrária. Segundo o MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA (2003), os assentamentos são criados a partir da desapropriação de um latifúndio improdutivo e de sua emissão de posse da terra pelo INCRA. Um assentamento somente passa a existir legalmente quando o Incra, após os trâmites legais, transfere a terra aos trabalhadores rurais, a fim de que a cultivem e promovam seu desenvolvimento econômico. Em seguida, inicia-se a organização da nova comunidade de agricultores que ocuparão o local. Conforme dados de 2012 do Incra, existiam cerca de 800 mil famílias assentadas em 8 mil assentamentos. Dessas, cerca de 500mil famílias são associadas ao MST, que organiza os trabalhadores para que a ocupação dos latifúndios tenha foco no aspecto da produção (INCRA, 2012).

As atividades econômicas dos assentamentos variam conforme cada região, sendo, basicamente, agropecuárias, incluindo a produção de alimentos para consumo dos próprios agricultores e para abastecer as cidades vizinhas. O modo de produção se baseia na economia solidária, com formas associativistas e cooperativistas de trabalho. Quanto à divisão administrativa, não existe uma estrutura formal nos assentamentos, entretanto, as famílias se organizam a partir dos problemas que surgem no cotidiano. Para isso, são designados os chamados “setores” para atender demandas específicas, como os da educação, para garantir escolas às crianças; da produção, cujo objetivo é viabilizar a produção e industrialização dos alimentos; da saúde, para promover o bem-estar das

famílias; e o da cultura, para realizar atividades teatrais, musicais, exposição de filmes e festividades (MDA, 2003).

Muito embora os termos Reforma Agrária e Assentamento direcionem uma visão ao centro-este brasileiro, precisa-se ser claro de que há latifúndios propícios à desapropriação legal em todos os Estados Brasileiros. Santa Catarina, por exemplo, apesar da predominância de pequenas propriedades rurais e de um modelo de agricultura familiar, possui 161 assentamentos legais, conforme dados oficiais do INCRA (2017). Uma dessas áreas está localizada no município de Taió, município da região do Alto Vale do Itajaí e que faz divisa com o planalto catarinense.

Conforme arquivos da SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TAIÓ (SAS TAIÓ), localizado a 32 km do centro da cidade de Taió, o assentamento Miguel Fortes da Silva, surgiu em 10 de novembro de 2009 com capacidade para assentar 48 famílias. Ao final de 2011 o Incra beneficiou 34 famílias (cerca de 240 pessoas, em torno de 60 crianças) cadastradas com um terreno de 935,5 hectares proveniente de um antigo latifúndio improdutivo da região.

O início da formalização deste assentamento ocorreu através de decreto do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, em 18 de janeiro de 2008, que declarou como área de interesse social, para fins de reforma agrária o imóvel rural denominado como “Fazenda Mato queimado”, localizada no município de Taió, SC, na localidade chamada de Alto Ribeirão da Vargem (BRASIL 2008, apud PASSOLD e VARGAS, 2011).

Filiado ao MST, o assentamento tem sua economia baseada na agricultura e na pecuária de subsistência. Cada família tem a sua própria produção, mas os moradores se ajudam, fazem mutirão e trocam mão-de-obra (MDA, 2003). No entanto, por sua construção histórica, não se pode dizer que o dia-a-dia neste assentamento proporciona as famílias uma vida digna e com pleno gozo de seus direitos civis.

A chegada das famílias à área desapropriada não foi um evento tranquilo. Houve comoção social dos cidadãos de Taió, contrários ao assentamento das famílias, inclusive com manifestação diante do Fórum da comarca que fica no centro de Taió (JORNAL O BARRIGA VERDE, 2008, apud PASSOLD e VARGAS, 2011).

Em um primeiro momento o assentamento, da forma como foi criado, não ofereceu estrutura mínima para os assentados. Além da distância e do relevo acidentado da região, a falta de estradas dificultou muito o acesso entre o local e o centro do município, onde as famílias devem buscar pelos serviços públicos dos quais necessitam. Os próprios assentados desbravaram caminhos entre os lotes do assentamento e mais tarde, conforme

houve transito dos poucos veículos que rodam por aquele local, os caminhos se consolidaram como estradas de chão batido (SAS Taió, 2011).

As famílias encaminhadas pelo INCRA ao assentamento Miguel Fortes da Silva chegaram aos seus lotes, em 2011, onde não havia energia elétrica e as famílias não tinham sequer um teto sob o qual pudessem dormir. Conformes relatos de 2011 disponíveis na SAS Taió, alguns dos assentados receberam lonas plásticas, outros as compraram, para construir barracos onde passariam alguns meses até que a vida no seu pedaço de terra começasse a progredir. O terreno desapropriado abrangia um reflorestamento de *pinus* de onde as famílias buscaram madeiras para construir seus casebres (SAS Taió, 2011).

O pouco de atenção que receberam do INCRA já serviu para que fossem incluídos no programa Minha Casa Minha Vida – faixa 1 (MCMV), programa habitacional do governo PT que concede moradia a famílias de baixa renda Brasil afora, e em sua “faixa 1” se direciona a subsidiar 96% da residência de famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico, que tenham renda inferior a R\$1.600,00. Assim, no ano de 2016 as primeiras 08 casas de alvenaria foram construídas, e conforme as regras do MCMV, terão parcelas no valor de 5% da renda familiar durante 120 meses (10 anos). Assim o valor das prestações fica entre R\$25,00 e R\$80,00 reais por mês. Outras famílias devem ser atendidas pelo mesmo programa, mas ainda encontram dificuldades com a burocracia. A energia elétrica chegou para os assentados nos anos de 2014 e 2015, em linhas de transmissão das Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC), contratada pelo Governo Federal através do INCRA (SAS Taió).

O município de Taió atende estas famílias nos serviços básicos – saúde, educação, assistência social, entre outros. As questões básicas de saúde e todo o serviço de prevenção de doenças é realizado por uma unidade de Estratégia de Saúde da Família (ESF) que fica a cerca de dez quilômetros do assentamento e também atende a outras comunidades próximas. O ESF conta com uma médica, dentista, enfermeira, técnica de enfermagem, agente administrativo e servente geral. Além disso há agentes comunitários de saúde que percorrem a região fazendo visitas a cada família ao menos uma vez por mês, sendo que um destes agentes é exclusivo para o assentamento Miguel Fortes e periodicamente são desenvolvidas pela Secretaria municipal de Saúde campanhas de vacinação e realização de exames preventivos. As ações dessa unidade seguem normativas e orientações do Sistema Único de Saúde brasileiro (SUS), e observam as especificidades da comunidade na realização do trabalho.

Bem próximo ao ESF, está localizada uma escola estadual de ensino médio, que atende as crianças do assentamento e que dispõe de transporte escolar diariamente,

garantindo a frequência escolar que além do ensino garante permanência no Programa Bolsa Família – que será tratado abaixo. Há no município a oferta de Educação para Jovens e Adultos (EJA), no entanto, não é possível que os interessados utilizem o mesmo transporte escolar disponível para as crianças e adolescentes, assim não há pessoas do assentamento nessa modalidade de ensino (SAS Taió).

Já os serviços de atendimento as demandas sociais das famílias assentadas são executados pela Secretaria de Assistência Social do município. Esta secretaria está presente na vida do assentamento desde o dia em que as famílias ali chegaram e trabalha articulando os serviços entre outras secretarias. Conforme a SAS Taió, suas atividades seguem o previsto pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e são executadas por duas equipes distintas. O serviço de convivência e fortalecimento de vínculos – tanto os familiares como os comunitários - é desenvolvido pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) que fica na área central do município e cuja equipe, composta por assistente social, psicóloga e educadora social, se desloca ao assentamento uma vez por mês para levar orientações as famílias. Já o atendimento a situações de violação de direitos fica a cargo de uma outra equipe técnica, esta composta apenas por profissional do serviço social e visa o atendimento as demandas como violência doméstica, concessão de benefícios eventuais (cestas básicas e auxílios diversos – natalidade, funeral, documentos...), entre outros.

A SAS é responsável também por garantir o acesso das famílias ao Cadastro Único do governo federal (CadÚnico), por meio do qual as famílias tem acesso a todos os programas sociais aos quais se enquadram conforme os critérios, sendo o mais conhecido o Bolsa Família. Por ser o próprio assentamento considerado uma benefício social do governo federal, todas as famílias foram inclusas no CadÚnico já em sua chegada ao município. Conforme dados da SAS Taió (2015), a maior questão social existente no assentamento é mesmo a baixa renda das famílias, cuja renda média familiar mensal não passa de um salário mínimo. Por isso mesmo, quase todas são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, com um valor médio de R\$120,00 por família no ano de 2015, (SAS Taió). Este benefício possibilita a compra de outros alimentos, produtos de higiene e limpeza além de servir ao pagamento das contas e de ser um motivo para que as famílias se desloquem ao centro da cidade ao menos uma vez ao mês (SAS Taió, 2015).

Apesar dos esforços dos serviços municipais, toda a infraestrutura como manutenção de estradas, rede elétrica, retirada dos *pinus* dos lotes, construção de uma cede comunitária, entre outras necessidades, depende do INCRA, o que torna tudo muito demorado (SAS Taió, 2011).

Diante de todas as dificuldades, falta de estrutura, baixa renda, discriminação social dos assentados, seria esperado que houvesse algum serviço de orientação as famílias, no sentido de fomentar a união comunitária, empoderamento social, incentivo ao surgimento de uma liderança na comunidade. No entanto, nada nesse sentido tem sido trabalhado pelo Estado. Conforme documentos da SAS Taió, as famílias foram literalmente colocadas naqueles lotes e esquecidas. O resultado disso é o surgimento de comportamentos ríspidos entre aqueles cidadãos, rixas entre famílias, disputa por pequenas coisas, como se fosse cada um por si e não como uma comunidade que luta unida por seus direitos. Ainda assim, percebe-se que há um convívio pacífico entre as crianças da comunidade, o que acaba não afastando totalmente as famílias entre si (SAS Taió, 2011).

As famílias passam seus dias cuidando de seus lotes e de suas pequenas plantações – milho, feijão, batatas e mandioca. No entanto, o terreno acidentado e arenoso onde o assentamento está localizado não é propício a agricultura em escala econômica. A produção existe principalmente para subsistência e o que sobra da produção é negociado por dinheiro ou na modalidade de escambo muitas vezes. Por vezes surge a possibilidade de trabalhar como diaristas informais em propriedades vizinhas, o que passa a ser mais uma fonte de renda para as famílias. Ainda assim, fica difícil as famílias emancipar-se socialmente a ponto de obter autonomia total de renda, sendo o Estado parceiro com programas ditos como de “transferência de renda” (SAS Taió, 2011).

Ainda conforme PASSOLD e VARGAS, 2011:

[...] foi possível observar que a propriedade não consegue absorver toda a mão-de-obra familiar no assentamento. Muitas famílias buscam empregos temporários para garantir o sustento. Geralmente, os assentados conseguem trabalhos em lavouras próximas, ou na colheita de cebola no município de Ituporanga-SC, conseguindo desse modo aumentar a renda da família. (Pag.13).

Importante não se deixar iludir: tudo que é oferecido àquelas famílias chega como migalhas jogadas com o mínimo de interesse. Ao caminhar pelo assentamento e conversar com aqueles trabalhadores, percebe-se claramente o quão acachapante é a falta de atenção do Estado para com a comunidade. As pessoas não se sentem pertencentes a sociedade e se estigmatizam de forma deveras cruel, como se estivessem sendo um estorvo ao município, como se não merecessem muito mais do que o pouco que tem.

Os registros dos trabalhos realizados pela SAS Taió desde que as famílias chegaram ao assentamento, deixa claro que tudo o que já foi feito em prol das famílias aconteceu como medida paliativa, de forma a minimizar as questões do momento mas sem conseguir saná-las. Acontece que a forma como os fatos se deram, sempre de maneira intrincada,

somada a incapacidade do Estado de atender toda a demanda social existente em seu interior, acabam por boicotar o trabalho dos técnicos das políticas públicas.

Pelos relatos da SAS Taió percebe-se que inúmeras tem sido as tentativas de viabilizar melhor estrutura, melhores serviços públicos as famílias. Houve tentativas de implantar unidades de diferentes serviços públicos mais próximas ao assentamento, houve tentativas de criar unidades volantes que pudesse levar mais equipamentos para o desenvolvimento de atividade *in loco* no assentamento, elaboração de projetos pelas equipes, conversas com lideranças locais, entretanto, o fantasma da burocracia estatal acaba por ignorar grande parte destas tentativas. Por mais que os profissionais deem o melhor de si, as ferramentas das equipes municipais são limitadas e vão apenas até certo ponto da questão.

Dessa forma, a estratégia dos profissionais tem sido fomentar o empoderamento dos assentados, por meio de falas individuais ou em conversas de grupo, subsidiando as pessoas com conhecimento acerca dos seus direitos e de como tem funcionado a máquina pública – que historicamente não mantém um olhar muito atento a parcela mais vulnerável da sociedade. Dessa forma, espera-se que o chamado ganhe força e alcance os ouvidos do Estado com mais força, garantindo o atendimento integral dos direitos constitucionais e humanos dos assentados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho que pode levar a um desenvolvimento regional sustentável passa por inúmeras questões sociais, sendo uma das mais básicas relativa a existência de condições favoráveis para o desenvolvimento de determinadas regiões.

Como forma de embasar historicamente este artigo, realizou-se uma pesquisa bibliográfica que contemplasse um estudo da situação da reforma agrária no Brasil, principalmente como esta aconteceu na primeira década do século XXI. Os dados obtidos com tal pesquisa foram compilados e descritos buscando um olhar imparcial de questão.

Ao mesmo tempo, buscando uma aproximação regionalizada do tema, delimitou-se como objeto de estudo um assentamento de reforma agrária existente na região onde foi desenvolvido o curso de pós-graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável, o município de Taió, Santa Catarina.

Atualmente, o trabalho mais considerável realizado junto ao assentamento em questão é realizado pelo poder público municipal de Taió, através de sua secretaria de Assistência Social. Esta instituição atua naquela comunidade desde a criação do

assentamento e faz registros dos atendimentos que realiza através de sua equipe técnica, composta sobretudo por assistentes sociais e psicólogos. Os arquivos desta secretaria foram a principal fonte onde se colheu dados para o diagnóstico aqui descrito.

A partir das informações captadas nos documentos da Secretaria de Assistência Social de Taió, buscou-se criar uma descrição histórica da implantação deste assentamento e estabelecer uma relação com a forma como outros assentamentos tem sido criados Brasil afora. Após todas as buscas foi possível refletir sobre a forma como a política nacional de reforma agrária é implementada na prática e estabelecer um posicionamento crítico diante dos fatos.

A reforma agrária no Brasil representa um problema histórico que as classes dominantes até hoje não tiveram interesse em resolver. Na visão de Oliveira (2006) e Stédile (2005), uma reforma agrária capitalista deve democratizar a estrutura fundiária da terra e implantar um programa político de desenvolvimento para o campo, que contemple, principalmente, o agricultor sem terra. No entanto, na compreensão do MST, o enfrentamento à concentração de terra só é possível com uma reforma agrária popular anticapitalista, que desapropriar latifúndios e crie um novo modelo de produção agrícola de enfrentamento ao agronegócio, voltado para a pequena agricultura, a produção social cooperativa.

A existência de tantos latifúndios no território do Brasil trava o crescimento econômico porque concentra renda e não aquece o mercado interno. Realmente o agronegócio apresenta números respeitáveis relativos a exportação, mas é a agricultura familiar que pode apresentar um número superior distribuição dos lucros. Concentração de renda e desenvolvimento socioeconômico são conceitos que simplesmente não coexistem pacificamente.

A partir da eleição do governo Lula (PT) em 2002, o MST nutria grandes esperanças de que a reforma agrária fosse realizada no Brasil. Porém, o governo não implantou uma reforma agrária com o fim de transformar a estrutura fundiária da terra, o que Lula fez foi criar uma política compensatória de assentamentos para o desenvolvimento capitalista do campo, focado principalmente na reestruturação de assentamentos já consolidados, e desapropriando algumas novas áreas, mediante a capacidade de pressão e mobilização dos movimentos sociais. No primeiro mandato de Lula houve certa “espera” por parte do MST e de outros movimentos populares no cumprimento da promessa histórica do PT em relação à implantação da reforma agrária. Como o governo não cumpriu a promessa, no segundo mandato são retomadas as mobilizações sociais com mais força. Contudo, mesmo

com o suposto traço “negociador” desse governo e a lentidão na criação de novos assentamentos, as mobilizações perderam intensidade em relação aos governos anteriores.

Os assentamentos rurais no Brasil teoricamente demonstram ser de grande importância social para o país, dando a possibilidade de inclusão social e melhoria de vida para famílias que estavam excluídas do mercado do trabalho e do acesso à terra. Ainda assim, tais assentamentos ficam longe de ser considerados como reforma agrária de fato, sobretudo pela forma como a maioria deles foi implantada, tendo o Estado que desembolsar recursos financeiros para a desapropriação da propriedade e investir pouco em infraestrutura e recursos sociais, econômicos e culturais para que cada assentamento se torne realmente viável e um espaço de pertencimento social as famílias assentadas.

Grande parte dos assentados passaram por situação de desemprego na zona rural, ou até mesmo já tentaram a vida na área urbana. Outros podem ter sido donos de terra em algum momento de sua vida e por diversos motivos precisaram abandonar suas propriedades. Enfim, existem muitos perfis de pessoas advindas dos mais diferentes contextos históricos, mas que em algum momento se encontram na mesma situação de vulnerabilidade social, o que demonstra que o problema da reforma agrária no Brasil exige uma solução muito mais complexa do que uma simples distribuição de pedaços de terra.

Embora o Brasil anseie, ainda que inconscientemente, pela reforma agrária desde o início da República, até hoje não se viu um governo que tenha assumido a responsabilidade de lidar com essa questão social com a devida prioridade.

Talvez o ponto de reflexão seja exatamente este: por se tratar de uma questão bastante antiga na sociedade brasileira, e pelo fato de o mundo já não ser mais o mesmo que foi no século passado, é necessário que se observe a realidade com distanciamento e criticidade, buscando novas estratégias para seu enfrentamento. A realidade é dinâmica e os projetos para enfrentá-la precisam se modernizar da mesma forma.

Ora, já não é possível negar que a industrialização é algo presente também no campo. Por isso, discutir a permanência da população rural no campo, promovendo desapropriações de terras e implantando sistemas de agricultura familiar ou de subsistência, parecem ser um ideal inviável. Assim como a cidade, a zona rural também mudou com a força do capitalismo e não é mais a mesma de décadas atrás.

Atualmente o desenvolvimento agropecuário nos garante sustentação econômica e até mesmo colocou o país em posição de destaque no mundo, e por isso mesmo é estranho que se insista na ideia de formar novas comunidades subsistentes e esperar que elas saiam com facilidade da situação de vulnerabilidade em que se encontram. Se faz necessário um

grande projeto de educação e profissionalização destas pessoas e que garanta a competitividade destas com as outras propriedades rurais já estabelecidas socialmente.

Assim, é necessário que se leve a estrutura do Estado em direção ao campo, evitando os casos de crianças e adolescentes que largam os estudos para ajudar suas famílias em pequenas plantações. Ou ainda, evitando que os jovens tenham de migrar para as cidades em busca de conhecimento e instrução. O grande ponto é proporcionar equidade nas condições de vida para a população das áreas rurais e urbanas.

Desenvolver um programa de educação direcionado e que contribua na melhoria da qualidade de vida no campo, que enalteça a cultura regional, que promova o conhecimento da história ruralista do Brasil, é necessário para que a população não apenas dos assentamentos mas de todo o campo, consiga se posicionar adequadamente neste novo contexto social capitalista. Assim há a possibilidade de formar profissionais que poderão exercer diversas funções no mesmo ambiente em que nasceram, sem a necessidade imposta de terem de migrar para as cidades contra sua vontade.

Garantir o acesso e fortalecer o ensino fundamental e médio, aumentar o acesso ao ensino técnico de métodos da agricultura moderna e, por que não, criar universidades rurais públicas para a formação de agrônomos, biólogos, geólogos e outras tantas profissões ligadas ao campo, são ações que certamente mudariam a situação vulnerável das famílias que veem seus filhos crescerem com pouco amparo social e sem a perspectiva de um futuro melhor no campo.

O Estado ao longo dos anos tem dado pequenos passos em direção ao campo, as políticas públicas tem chegado a população dos assentamentos, mas ainda de forma muito fragilizada. Unidades de saúde, educação e assistência social, políticas públicas de base, tem se aproximado desse território, embora ainda estejam longe do ideal. Isso mostra que é possível dar um novo horizonte à população dos assentamentos, e do campo e geral, bastando que se fortaleçam essas políticas e se promovam novas ideias.

Dessa forma seria possível alcançar uma reforma agrária ideal, que além de desapropriar terras da burguesia agrária também promova condições justas de crescimento social para uma população que historicamente só recebe migalhas do Estado. No fim das contas, o Brasil precisa discutir e implementar diversas reformas em sua base, não apenas agrária, mas também educacional, tributária, política, entre outras que serviriam para um extensa discussão social.

REFERÊNCIAS

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luiz Antonio Cabello. Os impactos regionais dos assentamentos rurais em São Paulo (1960-1997). In: MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (Orgs). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil**: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.

BRASIL (Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária - INCRA) **A Qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária Brasileira**. Disponível em: http://www.incra.gov.br/media/servicos/publicacao/outras_publicacoes/AqualidadedosAssentamentosdaReformaAgrariaBrasileira%20.pdf. Acessado em 15 de maio de 2017.

BRASIL (Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA). **Plano Nacional de Reforma Agrária**: Paz, produção e qualidade de vida no meio rural. Brasília: MDA, 2003.

BRASIL (IBGE). **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf. Pagina 109, tabela 10. Errata em: https://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/errata_Tabela10_0902.pdf. Acesso em 15 de maio de 2017.

DE MERA, C. M. P. **A Questão Agrária no Brasil**: as contribuições de Caio Prado Junior e Ignácio Rangel. XI Encontro Regional de Economia - ANPEC-Sul. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008. Disponível em: http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/XI_ANPECSul/artigos_pdf/a1/ANPEC-Sul-A1-04-a_questao_agraria_no_bra.pdf. Acesso em 10 de maio de 2017.

GONÇALVES, Renata. Assentamentos como pactos de (des)interesses nos governos Democráticos. **Revista espaço acadêmico**, N. 65, 2006. Disponível em: http://www.pucsp.br/neils/downloads/v15_16_renata.pdf. Acesso 10 de maio de 2017.

PASSOLD, Adriana. VARGAS, Tatiana Aparecida Viega Vargas. Contexto Agrário em Santa Catarina: O Caso do Assentamento Miguel Fortes da Silva-Taió. Rio do Sul. UNIDAVI, 2011.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TAIÓ (SAS Taió). **Arquivos internos**. Taió. 2011.

STÉDILE, J. P. A Questão Agrária no Brasil. São Paulo: Atual, 1997. _____. (org.). **A questão agrária no Brasil**: Programas de reforma agrária 1946-2003. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

OLIVEIRA, A. U. A “**Não reforma agrária**” do MDA/INCRA no governo Lula. Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural - CIRADR-FAO, Porto Alegre-RS, 2006.